

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 129

Período: de 19/06/04 a 25/06/04

Franca – Brasil

- 1-Relatório do Ministério da Defesa sugere reajuste de 33% para militares
- 2-Ministro não acredita na hipótese de espionagem no Planalto
- 3-Ministério da Defesa avisa que compra de avião presidencial depende de crédito suplementar
- 4-Exército quer utilizar tecnologia de irradiação de alimentos no combate a fome
- 5-FAB operará em áreas sem cobertura aérea civil na Amazônia
- 6-Governo terá poder de veto sobre operações de satélites
- 7-Ampliação de verba para a Aeronáutica foi debatida no Congresso
- 8-Brasil poderá regulamentar até final de junho a “Lei do Abate”
- 9-Promotoria acompanhará inquérito policial sobre explosão em quartel
- 10-Comando do Exército pode estar envolvido em escândalo de corrupção
- 11-Força brasileira em missão da ONU no Haiti terá seu efetivo total completo
- 12-Exército criará brigada especial para atuar na segurança pública
- 13-Brasil celebra acordos na área de defesa com a Namíbia
- 14-Família esclarece morte de primeiro “desaparecido” político

Relatório do Ministério da Defesa sugere reajuste de 33% para militares

A recorrente discussão acerca do reajuste salarial reivindicada pelos militares voltou a ser noticiada pela imprensa nesta semana. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa e o comando das Forças Armadas concluíram um estudo no qual prevêem um reajuste salarial de 10% a partir de agosto e de 20% (somados à inflação) no primeiro trimestre de 2005 para os militares. O jornal esclareceu que este aumento totalizaria um percentual de 33% para todas as patentes. A *Folha* informou que um outro estudo está em desenvolvimento, sob coordenação do ministro da Defesa José Viegas Filho, sobre a viabilidade de vinculação do soldo básico de recrutas, que atualmente é de R\$ 153,00, ao salário mínimo (R\$ 260,00). Caso o reajuste de 33% seja aprovado, o salário dos recrutas subiria para R\$ 203,00. O presidente Luiz Inácio da Silva deve discutir o reajuste com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, antes de anunciar a medida. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/06/04).

Ministro não acredita na hipótese de espionagem no Planalto

Após a veiculação pela revista “Veja” da denúncia de que dois agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estariam espionando segredos do governo para adversários do ministro da Casa Civil, José Dirceu, e da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, afirmou que a notícia pode não passar de uma teoria conspiratória, segundo a *Folha de S. Paulo*. O ministro declarou que há uma sindicância em andamento para apurar se de fato houve espionagem, mas alegou

que o vazamento de informações é comum. *O Estado de S. Paulo* noticiou que o general alegou que a função da Abin não é espionar pessoas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/06/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/06/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/06/04).

Ministério da Defesa afirma que compra de avião presidencial depende de crédito suplementar

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa anunciou que a compra do avião presidencial depende da aprovação de créditos suplementares, não previstas pelo Orçamento de 2004. O jornal informou que uma primeira parcela do veículo foi paga no início do ano, consumindo grande parte dos recursos da pasta para este ano. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/06/04).

Exército quer utilizar tecnologia de irradiação de alimentos no combate a fome

Segundo o jornal *O Globo*, o Exército brasileiro propôs ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que uma tecnologia de irradiação de alimentos, pesquisada pelos militares há alguns anos, seja utilizada no programa “Fome Zero”. Os militares, que já dominam a técnica, querem aproveitá-la para conservar os alimentos, evitar o desperdício e melhorar a qualidade dos produtos arrecadados pelo programa do governo federal. A tecnologia utiliza fontes como cobalto e césio 137 e aumenta a vida útil dos produtos irradiados. A proposta foi levada semana passada aos técnicos da Secretária de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo “Fome Zero”. A tecnologia, apesar de aprovada por organismos internacionais de saúde, gera polêmica. Alguns países não aceitam sua utilização em alimentos. A maior resistência vem da população que associa irradiação, cobalto e césio a plutônio, câncer e bomba atômica. Ao apresentar o projeto, os militares citaram pesquisas assegurando que os irradiados não ficam radioativos, não são tóxicos, não perdem o valor nutricional, nem têm suas propriedades físicas e sensoriais modificadas. A equipe do Ministério do Desenvolvimento Social estuda a proposta. No Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Tecnológico do Exército, no Rio, os militares já desenvolveram testes com diversos produtos, como batata, cebola e tomate. O processo expõe os alimentos a um campo de radiação. A proposta dos militares é instalar o projeto piloto no Rio de Janeiro, onde a pesquisa nessa área está avançada. (*O Globo* – Primeiro Caderno – 20/06/04).

FAB operará em áreas sem cobertura aérea civil na Amazônia

Por ocasião do bloqueio das atividades da Rico linhas aéreas sobre a Amazônia, a Força Aérea Brasileira (FAB) atuará em ocasiões de emergência sobre a área que estiver sem cobertura de alguma companhia aérea civil. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 21/06/04).

Governo terá poder de veto sobre operações de satélites

O governo brasileiro gozará de uma “golden share” com a empresa de satélites da Embratel, Star One, principalmente quanto à Banda X, exclusiva da comunicação militar. Através deste acordo o governo poderá vetar atitudes que ameacem a segurança nacional. Não só poderá o governo atuar sobre este assunto no Conselho da Telmex, mas também estará a par sobre todos os satélites a serem colocados em órbita pela empresa. (Folha de S. Paulo - Dinheiro - 22/06/04).

Ampliação de verba para a Aeronáutica foi debatida no Congresso

O governo tentou aprovar no dia 22, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, um crédito suplementar de R\$ 249 milhões para o programa de reaparelhamento e adequação da Força Aérea Brasileira (FAB), que inclui o novo avião presidencial, o “Airbus Corporate Jetliner”. Nos primeiros quatro meses do ano, os gastos contratados no programa de reaparelhamento da FAB superaram em R\$ 117,1 milhões a dotação de todo o ano de 2004, que é de R\$ 245,7 milhões. (O Globo - O País - 22/05/04).

Brasil poderá regulamentar até o final de junho a “Lei do Abate”

Por ocasião da reunião com o presidente da Colômbia, o tema da “Lei do Abate” foi abordado pelo ministro da Defesa, José Viegas Filho. O ministro informou que a lei deverá ser regulamentada até o fim do mês de junho, e que a reunião com o presidente colombiano serviu para a harmonização de procedimentos quanto a esta matéria entre os dois países. Além disso, o ministro disse também que os processos para a regulamentação não serão afetados pelos pedidos americanos de que se espere que a aprovação do “waver”, isto é, da licença que garantiria que cidadãos americanos que ajudassem a derrubar um avião norte-americano não pudessem ser responsabilizados criminalmente, e, além disso, relegaria exclusivamente ao presidente ou ao ministro da Defesa o direito de ordenar um abate em solo brasileiro. Segundo noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, manifestou a preocupação norte-americana com a regulamentação da lei. De acordo com a Hrinak, se a lei não tiver salvaguardas suficientes para prevenir a derrubada de aviões comerciais ou que transportem pessoas inocentes, a colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos no combate ao narcotráfico pode ser prejudicada. Ainda segundo a embaixadora, o governo norte-americano não pode apoiar, com informações e equipamentos, países cujas leis não tenham procedimentos de cautela para evitar a morte de inocentes. Essa questão sempre causou preocupação no governo norte-americano, porém os EUA adotaram posicionamento mais rigoroso depois que um avião com missionários americanos foi derrubado pela Força Aérea Peruana. *O Estado* ainda informou que o Brasil mantém há 32 anos um protocolo para a interceptação aérea armada, contudo ainda é necessário criar uma regra simples e clara aplicável a cada situação. Aprovada a “Lei do Abate” da forma como está, todo avião que desrespeitar os procedimentos para a entrada legal no espaço aéreo brasileiro será advertido, e após o desrespeito sistemático e sucessivo das ordens dos aviões da Força

Aérea, poderá ser abatido com a ordem da maior autoridade envolvida na ação. (Folha de S. Paulo - Brasil - 21/06/04; Folha de S. Paulo - Brasil - 22/06/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/06/04; O Globo - O País - 22/06/04).

Promotoria acompanhará inquérito policial sobre explosão em quartel

O jornal *O Globo* divulgou matéria na qual noticia que o Comando Militar do Leste (CML) pediu para que a Promotoria Militar acompanhasse as investigações sobre a explosão que matou três militares e feriu outros 15 na última quarta-feira (16), num quartel do Exército, em Deodoro (estado do Rio de Janeiro). A medida, segundo o CML, é para dar mais transparência as investigações. O promotor Aílton José da Silva, do Ministério Público militar, acha que serão necessários 60 dias para a conclusão do inquérito policial-militar (IPM). De acordo com o promotor, é preciso mais tempo para obter as provas técnicas sobre as condições em que os militares manipularam um bloco de trinitrotolueno (TNT), que explodiu. Segundo informou o jornal *Folha de S. Paulo*, a manipulação equivocada de um petardo (espécie de bomba) contendo a substância TNT é a principal hipótese do Exército para a explosão. Usado, geralmente, na remoção de obstáculos, dependendo da quantidade de TNT que o petardo contém pode destruir pontes e até edifícios. Em exercícios de instrução, como o que estava sendo realizado no momento da explosão, os militares aprendem a ativar e desativar explosivos, simulando situações de batalha. Os indícios materiais devem esclarecer se o lugar onde houve a explosão estava devidamente preparado. Morreu neste dia 22, no Rio de Janeiro, o terceiro-sargento de infantaria Sérgio Monteiro de Araújo, a quarta vítima da explosão (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/06/04; O Globo – Primeiro Caderno – 19/06/04; O Globo – Rio – 23/06/04).

Comando do Exército pode estar envolvido em escândalo de corrupção

Neste dia 22, o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, determinou a abertura de uma sindicância e de processo administrativo para que sejam investigadas as denúncias de supostos vínculos entre o chefe da Seção de Licitação da Diretoria de Suprimentos, coronel Augusto Matias Taborda e o lobista Romeu Amorim, acusado de envolvimento em fraudes no Ministério da Saúde. Segundo o general, a sindicância verificará se há indícios de fraudes em licitações promovidas pelo setor de compras do Exército. Caso se constate alguma irregularidade, o comandante determinará a abertura de inquérito policial militar. A comissão de sindicância terá 20 dias para concluir as investigações, com o prazo podendo ser renovado por igual período. No processo administrativo, os investigadores deverão apurar se houve algum prejuízo aos cofres públicos para que, a partir daí, o Exército busque o ressarcimento. Numa conversa interceptada pela Operação Vampiro, da Polícia Federal, Amorim pede informações ao coronel Taborda sobre a compra de tecidos que o Exército faria para confeccionar fardas. A Polícia Federal (PF) também descobriu que Amorim fez um depósito de R\$ 7 mil na conta de uma empresa da mulher do coronel. Contudo em depoimento à PF, Amorim negou que tenha cometido qualquer irregularidade e disse que fez o pagamento para saldar uma dívida com o coronel Taborda. (Folha de S. Paulo –

Brasil – 19/06/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/06/04; O Globo – O País – 19/06/04; O Globo – O País – 23/06/04)

Força brasileira em missão da ONU no Haiti terá seu efetivo total completo

O *Jornal do Brasil* publicou matéria sobre os preparativos da transferência de responsabilidade da Missão Interina de Força (MIF) para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), comandada pelo general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro. A contagem regressiva começou na quarta-feira (16), com a chegada de quatro navios com equipamentos blindados e homens. Na sexta (25), o Brasil assume o comando das operações para reorganizar a segurança do Haiti e preparar as eleições presidenciais do ano de 2005. Desde 1996, a Organização das Nações Unidas (ONU) montou quatro missões de ajuda ao Haiti. O objetivo das três últimas era apoiar o governo na profissionalização da Polícia Nacional (PN), para acabar com a fragilidade da proteção de pontos estratégicos do país. Em fevereiro deste ano, uma revolta de grupos políticos contrários ao governo provocou a renúncia do presidente Jean Bertrand Aristide. Em março, a MIF desembarcou no Haiti, para implementar o trabalho que a Minustah assume agora. O grande problema de segurança enfrentado atualmente no Haiti é o da criminalidade civil. As delegacias do país foram destruídas em fevereiro e falta pessoal para realizar o trabalho da polícia. Além de restabelecer a PN, a preocupação é com o desarmamento da população. A Constituição haitiana permite que cada cidadão tenha uma arma em casa, para defesa própria. Segundo o general Heleno Ribeiro, o problema é que não há especificação de que tipo de armamento é usado pela população, que, devido à instabilidade político-social, mantém reservas significativas de armamentos. Para tentar resolver este problema está sendo criada, sob a supervisão da ONU, a “Comissão para Desarmamento, Desmobilização e Reintegração”. De acordo com o general Heleno “A Minustah apóia uma lei que determine quais são as armas legais e que se faça um cadastramento das pistolas em posse de civis. Só com dados podemos medir progressos”. A prioridade a partir de sexta-feira é manter o nível de segurança, com a presença ostensiva das tropas, para que não pareça que há vazio de poder em Porto Príncipe. A disposição das tropas já está definida: os brasileiros permanecerão na capital e no centro do Haiti, até que os soldados do Nepal e Sri Lanka cheguem, em agosto. Chilenos farão a segurança no Norte, argentinos em Goinaïves, e uruguaios no Sul. A missão deverá contar na sexta-feira (25) com 1200 brasileiros e 600 chilenos. Argentinos e uruguaios devem chegar em julho. Por enquanto os brasileiros preparam as instalações para o contingente, perto do aeroporto de Porto Príncipe. O Ministério da Defesa confirmou o falecimento do cabo da Marinha brasileira, Rodrigo Duarte de Azevedo, no dia 21 de junho, no Haiti. Segundo o jornal O Globo, o serviço de comunicação da Marinha informou que o militar sofreu uma parada cardíaca e não resistiu a transferência do hospital de Porto Príncipe, onde estava sendo hospitalizado, para outro na República Dominicana. O Ministério esclareceu que o cabo não era integrante da força brasileira na missão da Organização das Nações Unidas (ONU) que atua no Haiti, e sim membro da tripulação de um navio

brasileiro que presta serviços a esta força. A chegada do corpo do cabo no Brasil está prevista para o dia 25. Antes mesmo do desembarque dos últimos 220 homens da missão brasileira, que seguiram para o Haiti neste dia 22, as tropas brasileiras já entraram em ação. Segundo informaram o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, soldados brasileiros da Missão de Estabilização das Nações Unidas ajudaram a polícia haitiana a manter a ordem, enquanto os bombeiros tentavam controlar um incêndio num mercado popular na zona portuária de Porto Príncipe. Cerca de 50 tendas e alguns prédios de alvenaria foram atingidos pelo fogo, entretanto não houve feridos. (Folha de S. Paulo - Mundo - 22/06/04; Folha de S. Paulo - Mundo - 23/06/04; Jornal do Brasil - Internacional - 20/05/04; Jornal do Brasil - Internacional - 23/06/04; Jornal do Brasil - Internacional - 24/06/04; O Estado de S. Paulo - Internacional - 23/06/02; O Estado de S. Paulo - Internacional - 24/06/04; O Globo - O Mundo - 24/06/04).

Exército criará brigada especial para atuar na segurança pública

Conforme noticiado no *Informe* anterior, após a solicitação de ajuda das Forças Armadas para conter a violência urbana por parte dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Piauí, desde o início deste ano, o ministro da Defesa José Viegas Filho determinou a instalação de um grupo de trabalho em sua pasta para propor, em até dois meses, uma solução para atender à demanda dos estados de deslocamento das Forças Armadas para ações emergenciais. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o uso de soldados não-treinados para tais atividades é considerado inconveniente pelo ministro, que quer treinar e equipar um grupo de militares para as denominadas ações de garantia da lei e da ordem, normalmente realizadas no caso de insuficiência ou ausência das forças policiais estaduais. O exemplo mais recente destas ações foi o envio de soldados do Exército ao estado do Piauí para manter a ordem durante a greve de policiais civis e militares. O jornal afirmou que o ministro Viegas determinou que o grupo de trabalho deve atuar em caráter de urgência, uma vez que o mesmo acredita que o problema de segurança nos Estados tende a piorar. Este grupo de trabalho contará com representantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Ministério da Defesa. Ainda segundo a *Folha*, as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo governo descartam a possibilidade de aumentar o efetivo para a composição de uma força de elite. O novo grupo deve ser composto, portanto, por integrantes da polícia das Forças Armadas, de acordo com o jornal. O anúncio da criação da brigada especial foi realizado pelo Comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, que esclareceu, segundo *O Estado*, que a Brigada de Infantaria Blindada da cidade de Campinas (interior de São Paulo) deverá se transformar nessa unidade. A localização estratégica da cidade no país com a facilidade de deslocamento, a infra-estrutura e a proximidade com o Comando de Aviação do Exército (Cavex), em Taubaté foram os principais fatores para a escolha da brigada de Campinas. O plano de reestruturação prevê ainda o aumento do número de homens na Polícia do Exército e a concentração das unidades blindadas nos Estados do Sul. Essa alteração faz parte do plano de reestruturação do Exército brasileiro, que deve ser implementado até o fim deste ano e concluído no ano de 2007. Para atender à determinação do Comando do Exército, em

Brasília, a 11ª Brigada de Campinas elaborou um projeto que prevê, por exemplo, a compra de instrumentos típicos da rotina diária das polícias, como coletes à prova de bala, máscaras antigás, armas não-letais, entre outros, bem como treinamento especializado e adequado para atuação na segurança pública. De acordo com o general, a tropa contará com dois mil homens prontos para se deslocar a qualquer lugar do país atuando em “ações episódicas”, como é característica do Exército. As operações da brigada dependerão de autorização prévia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Albuquerque lembrou que o Exército já possui os batalhões e as companhias da Polícia do Exército, distribuídos em nove capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Brasília, Manaus, Campo Grande, Curitiba e Salvador), com cerca de 5 mil homens no total. Ainda não está definido se a brigada do Exército atuará em conjunto com a Força Nacional, que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pretende criar. A Força Nacional proposta por Bastos seria composta por policiais civis, militares, federais e bombeiros, a fim de socorrer os estados diante do crescente descontrole da segurança, principalmente em grandes cidades. Segundo o comandante do Exército, futuros entendimentos nessa área dependerão do interesse do ministro da Justiça na questão. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/06/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/06/04; Jornal do Brasil – Brasil – 19/06/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/06/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/06/04; O Globo – O País – 19/06/04; O Globo – O País – 23/06/04).

Brasil celebra negócios na área de defesa com a Namíbia

O Brasil realizou negócios na área de defesa com a Namíbia em reunião com este país e com a Colômbia, ocorrida em 21 de junho. Foram vendidos ao país africano cinco barcos-patrolha, no valor de US\$ 35 milhões e também foi doada pelo Brasil uma corveta de guerra. A doação foi destacada pelo jornal *Folha de S. Paulo* que lembrou ser a primeira vez na história que um navio da marinha brasileira será transferido a uma marinha estrangeira. Usualmente, a marinha brasileira é quem recebe embarcações já utilizadas das marinhas francesa, britânica e norte-americana. A corveta brasileira Purus, com quase meio século de existência, será o primeiro navio da nascente marinha da Namíbia. (Folha de S. Paulo - Brasil - 21/06/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 24/06/04).

Família esclarece morte de primeiro “desaparecido” político

A família do guerrilheiro Virgílio Gomes da Silva, da Ação Libertadora Nacional (ANL) e o grupo Tortura Nunca Mais apresentaram neste dia 24, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, documentos que mostram que o guerrilheiro foi morto pelo regime militar. Mais conhecido pelo codinome de Jonas, Gomes da Silva, comandou o seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969, e foi morto menos de um mês depois na sede da Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo, um dos mais conhecidos centros de tortura do país. Na documentação, estão o laudo da autópsia e um laudo das impressões digitais de Gomes da Silva. Segundo o jornalista e escritor

Elio Gaspari, em seu livro *A Ditadura Escancarada*, Gomes da Silva foi o primeiro preso político a "desaparecer" após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ou seja, a ser torturado e assassinado pelo regime com a ocultação de seu cadáver. O guerrilheiro Jonas da ALN era considerado um desaparecido político até a apresentação desses documentos que provam sua execução. Em 1997, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça concedeu indenização à família, de R\$ 100 mil, e lhe entregou um atestado de óbito. A viúva Ilda Martins da Silva e os quatro filhos do casal pretendem entrar com uma ação judicial exigindo que o Estado indique a localização de restos mortais da vítima. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/06/04)

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br
O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br ou observ@franca.unesp.br.

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Mara Alves de Godoy, Ana Claudia Jaquette Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduada em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.